

**MHE ENGENHARIA E SERVIÇOS - LTDA**

Ilustríssimo Senhor FRANCISCO CLOVIS LINS LIMA - Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Barroquinha/CE.

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

TOMADA DE PREÇOS Nº 081/2023CPL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO: LOTE 1 – CONSTRUÇÃO DO NIACCA – NÚCLEO INTEGRADO DE APOIO, CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E LOTE II - CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DA ESCUTA ESPECIALIZADA NA SEDE DE INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS NO MUNICÍPIO DE BARROQUINHA

**MHE ENGENHARIA E SERVICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.853.324/0001-05, estabelecida na Av. Lucia Sabóia, 575, Sala 205, Centro, Sobral/CE, vem, com o sempre merecido respeito e acatamento de estilo, a presença de V. Sa. , interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face de decisão que a considerou inabilitada na disputa, nos termos do artigo 109, I, "a" da Lei nº 8.666/93 ocasião em que **REQUER que seja** o este Pleito Recursal recebido e devidamente processado, remetendo-se a Autoridade Competente para seu julgamento.

TERMO EM QUE,

PEDE E ESPERA DEFERIMENTO.

SOBRAL/CE, 13 DE DEZEMBRO DE 2023

Recebido em 13/12/23  


## MHE ENGENHARIA E SERVIÇOS - LTDA

### DAS RAZÕES RECURSAIS



#### 1. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O provimento do presente recurso é um imperativo dos fatos e do direito, eis que a r. decisão recorrida não aplicou corretamente as normas jurídico-substantivas pertinentes à matéria, razão pela qual se propugna pela sua imediata reforma.

#### 2. DA TEMPESTIVIDADE

Na alínea "a", do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666 / 93 que rege este certame, dispõe sobre o prazo para recursos:

"...

*Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:*

*I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:*

- a) *habilitação ou inabilitação do licitante;*

..."

Assim o presente recurso encontra-se **tempestivo**, visto que a intimação (aviso de habilitação) circulou dia 08/12/2023, este recurso está dentro do prazo estipulado em lei.

#### 3. DOS FATOS

Participou a Recorrente da **TOMADA DE PREÇOS supracitada**, fadando-se sumariamente a inabilitada sob o fundamento de:

*"Não apresentou capacitação técnica operacional conforme item 4.2.3.2 subitem C do edital referente ao lote 01 e capacitação técnico profissional conforme item 4.2.3.3 subitem C referente ao lote 01; capacitação técnica operacional conforme item 4.2.3.4 subitem C do edital referente ao lote 2 e capacitação técnico profissional conforme item 4.2.3.5 subitem C do edital referente ao lote 2."*

Resumindo a mesma alega que não demonstramos capacidade técnica operacional e profissional quanto a parcela de maior relevância: FORMA PLANA CHAPA COMPENSADA RESINADA.

Ocorre, que os documentos apresentados pela Recorrente se adéquam as exigências legais e do edital, não havendo que se falar de inabilitação, tal como na sequência será robustamente demonstrado:

#### 4. DAS RAZÕES RECURSAIS

##### 4.1. DO ATESTADO APRESENTADO

A Constituição Federal, ao versar sobre licitações públicas, estabeleceu, em seu art. 37, XXI (BRASIL, 1988), que somente poderão ser exigidas qualificações técnica e econômica indispensáveis ao cumprimento das obrigações. Por essa razão, toda e qualquer exigência que venha a restringir a competição no certame licitatório,

W 2/7

## MHE ENGENHARIA E SERVIÇOS - LTDA

além de justificada e pertinente ao objeto, deve ater-se ao que permite a lei, face ao princípio da legalidade. Ademais, devem ser evitados formalismos e requisitos desnecessários, de modo a não ocasionar uma restrição ainda maior à competitividade.

A lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, veda que os agentes públicos pratiquem atos tendentes a restringir ou frustrar o caráter competitivo do certame, consoante se depreende da leitura de seu art. 3º.

O art. 30 da Lei nº 8.666/1993 (BRASIL, 1993) estabelece um rol taxativo referente à documentação que pode ser exigida para comprovação da qualificação técnica. Desse modo, não pode a Administração criar hipóteses nele não previstas, sob pena de incidir na vedação legal do art. 3º da lei em comento, conforme ensinamentos de Ronny Charles (TORRES, 2010, p. 179).

Deve-se atentar sempre para que as exigências de qualificação técnica não sejam desarrazoadas a ponto de frustrar o caráter competitivo do certame. Outro não é o posicionamento do TCU (BRASIL, TCU, 2009b):

*“As exigências relativas à capacidade técnica guardam amparo constitucional e não constituem, por si só, restrição indevida ao caráter competitivo de licitações conduzidas pelo Poder Público. Tais exigências, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, devendo tão-somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais. Tais exigências (sic) ser sempre devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado. (Grifo nosso)”*

Portanto, a apresentação de atestados visa demonstrar que os licitantes já executaram, anteriormente, objetos compatíveis em características com aquele definido e almejado na licitação. A finalidade da norma é clara: resguardar o interesse da Administração -a perfeita execução do objeto da licitação -, procurando-se, com a exigência de demonstração de capacidade, preservar a competição entre aqueles que reúnam condições de executar objeto similar ao licitado.

Por todas estas razões, não resta dúvida que os agentes públicos deverão atuar ao examinar os atestados com esteio nos princípios, dentre outros, da razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e do formalismo moderado.

Então, conforme exposto, salienta-se que **não precisa a parcela de maior relevância exigida ser IDÊNTICA à do objeto que se pretende, podendo ser similar, conforme leciona Marçal Justen Filho (2010, p.441):**

*“Em primeiro lugar, não há cabimento em impor a exigência de que o sujeito tenha executado no passado obra ou serviço exatamente idêntico ao objeto da licitação. Parece evidente que o sujeito que executou obra ou serviço exatamente idêntico preenche os requisitos para disputar o certame e deve ser habilitado. Mas também se deve reconhecer que a idoneidade para executar o objeto licitado pode ser evidenciada por meio da execução de obras ou serviços similares, ainda que não idênticos. Em outras palavras, a Administração não pode exigir que o sujeito comprove experiência anterior na execução de um objeto exatamente idêntico àquele licitado – a não ser que exista alguma justificativa lógica, técnica ou científica que dê respaldo a tanto”.*

## MHE ENGENHARIA E SERVIÇOS - LTDA

Decorre dessa previsão o enunciado da Súmula 263 do TCU que indica ser legal para a comprovação da capacidade técnica das licitantes, desde que limitada às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, “a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.”

Ocorre que, apesar do art. 30 e da Súmula/TCU 263 se referirem, respectivamente, à comprovação de “atividade pertinente e compatível” e “serviços com características semelhantes”, é bastante comum verificar editais que trazem a necessidade de os licitantes apresentarem atestados de capacidade técnica que comprovem a execução específica do objeto do certame, sob pena de inabilitação.

A propósito, não se trata de entendimento recente, conforme é possível constatar nos seguintes acórdãos relacionados:

“[D]eve-se ter em mente que este Tribunal tem precedentes no sentido de que a compatibilidade entre os serviços anteriores e o serviço licitado deve ser entendida como condição de similaridade e não de igualdade.”  
**Acórdão 1.140/2005-Plenário.**

“Aceite a comprovação de capacitação técnica proveniente de obras diferentes daquela licitadas, passando a ter como critério a semelhança entre os serviços a serem comprovados, e não as obras em que foram executados. Por exemplo, abstendo-se de recusar serviços semelhantes prestados em obras ferroviárias ou de vias urbanas quando da comprovação de qualificação para executar obras rodoviárias.” **Acórdão 1.502/2009-Plenário**

Tal entendimento também se encontra no edital, onde diz, tanto no item 4.2.3.2, 4.2.3.3, 4.2.3.4 e 4.2.3.5, ambas vem como o mesmo texto:

“... comprovando a execução, pelo profissional indicado, de SERVIÇOS DE CARACTERÍSTICAS SEMELHANTES OU SUPERIORES ....”

Ocorre que esta comissão ao analisar a documentação, não levou em consideração tal conduta, preferiu agir de modo mais restritivo.

Assim resta claro que esta empresa comprovou o exigido no edital, quanto aos itens a qual a comissão alega esta empresa não ter atendido ao Edital, onde exigia a qualificação técnica dos serviços objeto desta licitação.

Conforme constante nos autos, esta empresa apresentou atestado de serviços de Reforma do posto de saúde no Distrito de Mocambo no Município de Marco/CE junto a Prefeitura Municipal de Marco/CE, CAT COM REGISTRO DE ATESTADO 293152/2023, a qual conforme atestado executou os seguintes serviços:

3.3	C061	FORMA PLANA CHAPA COMPENSADA PLASTIFICADA, ESP = 18mm UTIL 5X	M2	300,00
-----	------	---	----	--------

É visto conforme acima que no item 3.3 do referido atestado que esta empresa executou o serviço de FORMA PLANA CHAPA COMPENSADA PLASTIFICADA, ESP=18mm UTIL 5X demonstrando assim que atende a

## MHE ENGENHARIA E SERVIÇOS - LTDA

parcela de relevância quanto ao item FORMA PLANA CHAPA COMPENSADA RESINADA exigido ao edital, visto que são serviços semelhantes ao exigido do edital, a natureza do serviço tanto do exigido ao edital quanto ao apresentado aqui é a mesma, é de extremo rigor e restritivo inabilitar sumariamente esta recorrente apenas por que a banqueta apresentada não é as mesmas medidas que as exigida no edital.

**O OBJETIVO FINAL DE AMBAS AS FORMAS SÃO A MESMA, PORÉM A PLASTIFICADA É UM MATERIAL AINDA SUPERIOR A RESINADA, A DURABILIDADE DA PLASTIFICADA É SUPERIOR A DA RESINADA, DIMINUINDO CUSTOS, AUMENTANDO PRODUÇÃO E MELHORANDO A QUALIDADE DO PRODUTO, AINDA A ESPESSURA DA FORMA APRESENTADA POR ESTA EMPRESA É SUPERIOR A EXIGIDA NO EDITAL.**

Como demonstrado a parcela em questão é totalmente COMPATÍVEL, não há motivo que desabone esta recorrente quanto a esta questão, comprava-se conforme acima que atendemos ao exigido no Edital.

Deparamo-nos aqui com toda certeza com a falta de conhecimento técnico da comissão julgadora dos documentos técnicos apresentados por esta empresa, solicitamos a esta nobre comissão que procure auxílio quanto da análise para o julgamento técnico de licitações de obras como também para a resposta desse recurso.

O desencontro aqui é apenas quanto da literalidade do texto apresentando mais em que teor corresponde ao mesmo serviço, a FORMA PLANA CHAPA COMPENSADA PLASTIFICADA é o equivalente a FORMA PLANA CHAPA RESINADA, não é a mera literalidade de um texto que faz diminuir ou afirmar que o trabalho já executado e demonstrado por serviço semelhante não atende ao exigido no Edital.

Por isso, novamente repetimos, provocamos a esta nobre comissão que recorra ao auxílio de técnicos da construção civil para o julgamento deste caso, vendo assim que esta empresa apresenta a qualificação técnica exigida no edital, não tendo nada que desabone a mesma.

Conforme jurisprudência o que se deve levar em questão e a semelhança, a final o que sempre se deve buscar em uma licitação é a maior concorrência para a busca da proposta mais vantajosa.

Enfim o acervo técnico apresentado possui mesmas características ou até mesmo superior ao exigido aqui no edital, visto que estamos tratando de serviços semelhantes com a mesma complexidade e material.

Não restando dúvidas assim que o atestado apresentado por esta recorrente atende em todo o exigido no edital e suas características semelhantes e compatíveis com o objeto licitado.

Os serviços do atestado apresentado por esta recorrente são totalmente compatíveis com a qualificação técnica exigida no edital.

A regra é exigir dos licitantes apenas o desempenho anterior ao objeto similar, vedadas qualquer exigência que inibam a participação na licitação.

Marçal Justen Filho confirma este nosso entendimento:

*'A Lei nº 8.666/1993 disciplinou de modo minucioso a matéria da qualificação técnica. Um dos caracteres mais marcantes da Lei nº 8.666/1993 foi a redução da margem de liberdade da Administração Pública nesse campo e a limitação do âmbito das exigências. Buscou evitar que exigências formais e desnecessárias acerca da qualificação técnica constituam-se em instrumento de indevida restrição à liberdade de participação em licitação. O objetivo é eliminar distorções ocorridas no sistema anterior, onde os requisitos de qualificação técnica acabavam por inviabilizar o acesso de muitas empresas à licitação. Isso não significa substituir uma distorção por outra. A legislação vigente*

## MHE ENGENHARIA E SERVIÇOS - LTDA

*não proíbe as exigências de qualificação técnica, mas reprime exigências desnecessariamente formais. (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 5ª ed., p. 305).'*



### 5. DEMAIS PONDERAÇÕES

Enfim, esta empresa apresentou em todo o que edital pedia, ocorre que por uma discrepância foi inabilitada, a qual não é motivo suficiente para a mesma, o qual, fazendo assim a licitação fugir de seu objetivo principal, a maior concorrência possível para a busca da proposta mais vantajosa.

Fica claro e evidente que esta empresa apresentou e possui capacidade técnica para os serviços licitado, não tendo o que esta comissão alegar em descumprimento ao edital.

Só resta a entender que esta comissão se equivocou quanto da análise dos documentos apresentados por esta recorrente, a qual não analisou conforme resguarda lei, edital, doutrina e entendimentos, devendo levar em consideração os serviços similares.

Pede-se atenção a esta comissão quanto da análise dos documentos e forma de julgamento, os mesmos devem ser valer da RAZOABILIDADE, sem formalismo exacerbado, sem subjetivismo e sem preferências/favorecimentos, vindo assim que os documentos apresentados por esta recorrente detêm capacidade técnica para a execução dos serviços objeto desta licitação assim como em nada desabona o edital.

Ainda:

“O procedimento licitatório há de ser o mais abrangente possível, **a fim de possibilitar o maior número possível de concorrentes, tudo a possibilitar a escolha da proposta mais vantajosa**. Não deve ser afastado candidato do certame licitatório por meros detalhes formais. No particular, o ato administrativo deve ser vinculado ao princípio da razoabilidade, afastando-se de produzir efeitos sem caráter substancial”. (STJ. MS nº 5631/DF. DJU 17 ago. 1998. P. 00007).

Oportunamente, convém citar explanação sem retoques elaborada por Maria Silvia Zanella Di Pietro:

“O objetivo primeiro da licitação é selecionar a melhor proposta. Tirar da Administração essa possibilidade é revestir o procedimento de um rigor desnecessário(…)”

Vale lembrar que o certame licitatório não representa um fim em si mesmo, mas um meio que busca o atendimento das necessidades públicas. Nas palavras do professor Adilson Dallari: a “licitação não é um concurso de destreza, destinado a selecionar o melhor cumpridor de edital”.

SENDO ASSIM, NÃO OBSTANTE OS MÉRITOS DESTA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, A SUA DECISÃO DE INABILITAÇÃO DA ORA RECORRENTE PELOS MOTIVOS ANTERIORMENTE EXPOSTOS ESTÁ A MERECEER REFORMA, EIS QUE HOUE UMA INTERPRETAÇÃO DESARROZOADA DA LEI Nº 8.666/93, EM QUE A ENTIDADE LICITANTE INTERPRETOU DE FORMA DESPROPORCIONAL E ILEGAL AS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

### 6. DO PEDIDO

## MHE ENGENHARIA E SERVIÇOS - LTDA

Na esteira do exposto, requer-se seja julgado provido o presente recurso, com efeito reconhecendo-se a ilegalidade da decisão hostilizada, como de rigor, admita-se a participação da recorrente na fase seguinte da licitação.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que a Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informados, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93.

Caso não entenda pelo deferimento do mesmo, pugna-se pela emissão e divulgação de parecer informando quais os fundamentos legais que embasaram a decisão do Senhor Pregoeiro ou Autoridade Competente.

Informo igualmente, que na hipótese, ainda que remota, de não acatamento do recurso, TAL DECISÃO CERTAMENTE NÃO PROSPERARÁ PERANTE O PODER JUDICIÁRIO, SEM PREJUÍZO DE REPRESENTAÇÃO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ E PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA.

Finalmente, requer que a RESPOSTA OFICIAL ao presente instrumento seja divulgada e remetida, além das formas previstas em lei, também ao e-mail: [mheengenharia@hotmail.com](mailto:mheengenharia@hotmail.com)

Nestes Termos

P. Deferimento

Sobral/Ce, 13 de Dezembro de 2023.

  
FRANCISCO GENARO DOS SANTOS JÚNIOR

Proprietário

CPF 667.931.733-91

CREA CE 45885/D

Francisco Genaro dos Santos Júnior  
Empresário  
Pregoeiro Civil  
CREA: CE 45.885/D